

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIPLA  
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - CCCT

PROCESSO Nº 2021/519316  
CONVÊNIO Nº 16/2022

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ENCARGOS Nº 16/2022, QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP E O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL, PARA A “OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ORLA EM PAVIMENTO ATERRADO, NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI, NESTE ESTADO”, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

Pelo presente instrumento de **CONVÊNIO**, de um lado o **ESTADO DO PARÁ**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS**, com sede na Travessa do Chaco, nº 2158, Marco, CEP 66.093-542, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) n.º 03.137.985/0001-90, doravante denominada **SEDOP**, representada por seu Secretário de Estado, o senhor **BENEDITO RUY SANTOS CABRAL**, brasileiro, engenheiro, portador do CPF nº 135.894.742-20, RG nº 2232996-SSP/PA, residente e domiciliado na Rodovia Augusto Montenegro, Condomínio Cidade Jardim I, 5955, Rua Camélia, 2B 31, Parque Verde, CEP 66.635-912, na cidade de Belém/PA, e, de outro, o **MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede localizada na Tv. Teodorico Martins de Lima, 100 - Igarapé-Miri, PA, 68430-000, no Município de Igarapé Miri, neste Estado, inscrita no CNPJ nº 05.191.333/0001-69, representada por seu Prefeito, o senhor **ROBERTO PINA OLIVEIRA**, portador da carteira de identificação nº 3922571 SSP/PA e CPF nº 123.643.122-72, residente e domiciliado, Rua Lauro Sodré nº204 Centro, CEP: 68430-000, **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar este **CONVÊNIO**, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/1993, na Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, no Decreto Estadual n.º 733/2013 e na Portaria Interministerial CGU/MF/MP 424/2016, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O presente convênio tem por objeto a “**OBRA DE URBANIZAÇÃO DA ORLA EM PAVIMENTO ATERRADO, NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI, NESTE ESTADO**”, através do repasse de recursos financeiros e estabelecimento de bases gerais de mútua cooperação entre o **ESTADO DO PARÁ**, através da **SEDOP** e o **MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL**, de acordo com o plano de trabalho, especificações e planilhas que passam a fazer parte integrante deste Convênio.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES GERAIS DOS PARTICIPES:**

##### **I – CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA SEDOP**

**a) Transferir à PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ MIRI a importância de R\$ 6.701.749,69 (seis milhões setecentos e um mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove**

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIPLA**  
**COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - CCCT**

**centavos**), conforme especificações e planilhas que passam a fazer parte integrante deste convênio.

- b)** Aprovar as especificações técnicas do objeto deste Convênio;
- c)** Analisar e aprovar a prestação de contas parcial e/ou final dos recursos transferidos por força deste Convênio.
- d)** Monitorar, acompanhar e fiscalizar o Convênio, avaliando a execução e os resultados;
- e)** Designar o engenheiro, a senhora **MARIELZA RODRIGUES BATISTA CAPELONI, MATRÍCULA 51855667/2**, através de Portaria publicada no IOE, para, em conjunto com a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ MIRI, empreender todos os esforços e ações necessárias para o alcance dos objetivos deste Convênio, devendo ao final emitir laudo conclusivo.

**II – CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL:**

- a)** Responsabilizar-se pela execução e fiscalização dos trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no convênio, observando os prazos e custos, em conformidade com a legislação;
- b)** Responsabilizar-se pela aplicação dos recursos para execução do objeto deste Convênio, tendo como suporte financeiro os recursos repassados;
- c)** Realizar procedimento licitatório, contratação e obrigações decorrentes, observando estritamente as normas estabelecidas na Lei Federal 8.666/93;
- d)** Acompanhar, supervisionar e fiscalizar, através do Engenheiro designado pela prefeitura, as ações relativas à execução deste Convênio em conjunto com a SEDOP;
- e)** Avaliar os resultados dos trabalhos realizados pela empresa contratada, sugerindo alterações, caso necessário;
- f)** Responsabilizar-se pela consecução do objeto e fornecer à SEDOP, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação da execução.
- g)** Promover a abertura de conta bancária específica vinculada ao Convênio, para movimentar os recursos financeiros, que deverão ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública estadual, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou/ e em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando utilização estiver prevista para prazos menores.
- h)** Utilizar os recursos recebidos, exclusivamente, para os fins estabelecidos no Convênio, vedada a sua utilização após o período de sua vigência;
- i)** A conveniente deverá requerer, previamente, a utilização de eventual receita oriunda dos rendimentos da aplicação financeira;
- j)** Exigir e fazer constar o registro do número do convênio em todos os documentos e comprovantes de despesas;
- k)** Manter registros, arquivos e controles contábeis e específicos para os dispêndios relativos ao Convênio;
- l)** Havendo saldo financeiro remanescente, o valor deverá ser devolvido à SEDOP, no prazo improrrogável de 30 dias a contar da extinção do convênio, nos termos do artigo 116, §6º, da Lei Federal 8.666/93;
- m)** Depositar o valor a que se comprometeu a título de **CONTRAPARTIDA**, conforme cronogramas de desembolso em anexo.
- n)** Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do convênio, após a sua execução;

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIPLA**  
**COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - CCCT**

---

o) Prestar contas dos recursos transferidos pela SEDOP.

**CLÁUSULA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento e a fiscalização técnica serão realizados por funcionários da SEDOP e da PREFEITURA MUNICIPAL até a conclusão do objeto do presente Convênio.

Cabe à conveniente permitir o livre acesso de servidores da SEDOP, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e controle.

**CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÕES**

As condições estabelecidas no presente Convênio poderão ser alteradas mediante proposta dos partícipes por mútuo consentimento, devidamente justificada, a ser apresentada antes do término de sua vigência, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão, por meio da celebração de termos aditivos.

**CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA**

O presente Convênio vigorará pelo **prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação**, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que devidamente justificado.

**CLÁUSULA SEXTA – VALOR**

O valor global do presente convênio importa em **R\$ 7.054.520,73 (sete milhões e cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte reais e setenta e seis centavos)**, sendo que o valor de **R\$ 6.701.749,69 (seis milhões setecentos e um mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos)** será repassado pela SEDOP, cuja 1ª parcela R\$ 2.680.699,88 (dois milhões seiscentos e oitenta mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) a 2ª, no valor de R\$ 2.680.699,88 (dois milhões seiscentos e oitenta mil seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) e a 3ª parcela no valor de R\$ 1.340.349,93 (um milhão trezentos e quarenta mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa e três centavos); e será depositado, pela Conveniente, a título de contrapartida, o valor de **R\$ 352.726,04 (trezentos e cinquenta e dois mil setecentos e vinte e seis reais e quatro centavos reais)**, cuja 1ª parcela R\$ 141.090,41, (cento e quarenta e um mil noventa reais e quarenta e um centavos) a 2ª, no valor de R\$ R\$ 141.090,41, (cento e quarenta e um mil noventa reais e quarenta e um centavos) e a 3ª parcela no valor de R\$ 70.545,22 (setenta mil quinhentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

A contrapartida financeira deverá ser depositada na conta bancária específica para a execução do convênio, em conformidade com os prazos e valores estabelecidos no cronograma de desembolso, sendo vedadas, na aferição da contrapartida financeira, as receitas provenientes da aplicação financeira do recurso repassado pela SEDOP.

A contrapartida deve ser aportada proporcionalmente, de acordo com o cronograma de liberação das parcelas de recursos estaduais do convênio.

Fica condicionada a liberação do valor a ser repassado pela SEDOP ao depósito prévio do valor da contrapartida, nos termos acima expostos.

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIPLA**  
**COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - CCCT**

---

**CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS**

Os Recursos Financeiros necessários à execução deste Convênio estão assegurados por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

**SEDOP:** 07101.15.695.1498-7658 ND 444042 0101/0301

**PREFEITURA:** 1004-267840009-1021 449051 15200000

**CLÁUSULA OITAVA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

A liberação dos recursos financeiros será feita de acordo com a cláusula sexta, sendo que a liberação da 2ª e demais parcelas, fica condicionada a aprovação da prestação de contas daquela recebida anteriormente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

É vedado à **PREFEITURA MUNICIPAL** transferir os recursos recebidos a qualquer órgão e/ou conta não vinculada ao Convênio, mesmo que a título de controle, bem como a inclusão, tolerância ou admissão, nos convênios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que incluam, tolerem ou permitam qualquer hipótese prevista no artigo 52, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011 e artigo 7º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 733/2013.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os recursos transferidos para consecução do objeto deste Convênio serão mantidos em conta bancária específica, sendo somente permitidos saques para o pagamento de despesas previstas neste Convênio e expressamente vedada a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correções monetárias, nos termos do artigo 7º, inciso IV, *h*, do Decreto Estadual 733/2013.

**CLÁUSULA NONA – PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A **PREFEITURA MUNICIPAL** deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos **diretamente à SEDOP** (inclusive os relatórios de execução físico-financeira), **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, contados da data do término da vigência deste Convênio ou antes do seu término, se o objeto já estiver sido executado, observada nos termos do artigo 141, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, e salvaguardada a obrigação de prestação parcial de contas.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DENÚNCIA OU RESCISÃO:**

O presente Convênio poderá ser denunciado ou rescindido, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO**

Este Convênio será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 10 (dez) dias de sua assinatura, face o que dispõem o § 5º do art. 28 da Constituição Estadual e a

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIPLA  
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - CCCT**

Resolução n.º 12.094, de 31 de janeiro de 1991, do Tribunal de Contas do Estado, correndo as despesas por conta da SEDOP.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Belém/PA, com a renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado, competente para dirimir todas as dúvidas e apreciar as questões decorrentes da execução destas avenças que não puderem ser solucionadas por entendimento direto entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os casos omissos serão resolvidos mediante acordo entre os convenientes. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente CONVÊNIO em 04 (quatro) vias, para os devidos fins.

Belém/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

BENEDITO RUY SANTOS CABRAL:13589474220  
Assinado de forma digital por BENEDITO RUY SANTOS CABRAL:13589474220  
Dados: 2022.03.04 15:50:11 -03'00'

**BENEDITO RUY SANTOS CABRAL**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS**  
**CONCEDENTE**

ROBERTO PINA OLIVEIRA:12364312272  
4312272  
Digitally signed by ROBERTO PINA OLIVEIRA:12364312272  
Date: 2022.03.04 14:29:10 -03'00'

**ROBERTO PINA OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE IGARAPÉ MIRI**  
**CONVENENTE**



Secretaria  
Especial de Estado  
de Gestão



GOVERNO DO  
ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

CCCT/SEDOP

Folha nº \_\_\_\_\_

## DIÁRIO OFICIAL Nº 34.882, DE 07 DE MARÇO DE 2022

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2022

**Partes:**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ  
03.137.985/0001-90

Prefeitura Municipal de Igarapé Miri – CNPJ 05.191.333/0001-69

**Objeto:** Obra de urbanização da orla em pavimento aterrado, no município  
de Igarapé Miri, neste Estado.

**Vigência:** 07/03/2022 a 07/03/2023

**Valor Global:** R\$ 7.054.520,73

**Dotação Orçamentária:** - SEDOP: 07101.15.695.1498-7658 ND 444042 0101/0301

**Nota de Empenho:** 2021/519316

**- PREFEITURA DE IGARAPÉ MIRI :**1004-267840009-1021 449051 15200000

**Foro:** Belém

**Data da Assinatura:** 04/03/2022

**Responsável pela Entidade Receptora dos Recursos:** Roberto Pina Oliveira

**Ordenador Responsável:** Benedito Ruy Santos Cabral

**Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas**

Protocolo: 767520



Secretaria  
Especial de Estado  
de Gestão



GOVERNO DO  
ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO  
ASSINADO  
DIGITALMENTE

CCCT/SEDOP

Folha nº \_\_\_\_\_

## DIÁRIO OFICIAL Nº 34.884, DE 08 DE MARÇO DE 2022

### ERRATA

Na matéria, protocolo nº 767520, publicada no DOE nº 34.882, de 07/03/2022, referente ao EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2022.

**ONDE SE LÊ:** Nota de Empenho: 2021/519316

**LEIA-SE:** Nota de Empenho: 2022NE00312

**Ordenador:** Benedito Ruy Santos Cabral

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

**Protocolo: 767820**